

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Paula de Almeida



1290003003



TCC/UNICAMP AL64m

**AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1970 NO
COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA**

Campinas

2006

1290003003

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Paula de Almeida

**AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA DÉCADA DE 1970 NO
COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação
da UNICAMP, sob a orientação do
Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges.

**Campinas
2006**

© by Paula de Almeida, 2006.

UNIDADE... FE
Nº CHAMADA... 3003
123/06
PREÇO... 11,00
DATA... 31.08.06
Nº CPD... 316362

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

AL64m	Almeida, Paula de. As mudanças ocorridas na década de 1970 no Colégio Culto à Ciência / Paula de Almeida. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.
	Orientadores : Zacarias Pereira Borges. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Colégio Estadual Culto à Ciência. 2. Escolas públicas – Campinas (SP). 3. Currículos. 4. Reforma do ensino. 5. Políticas públicas. I. Borges, Zacarias Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	06-299-BFE

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as mudanças ocorridas no Ensino Médio na década de 1970, no Colégio Culto à Ciência, localizado na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A análise é baseada na exposição do contexto cultural, social, político e econômico brasileiro na cidade de Campinas nos anos de 1970 e nas conseqüências da implantação da Lei 5.692/71.

RESUMO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - EXPOSIÇÃO DOS ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS DA SOCIEDADE CAMPINEIRA E BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970.	8
1.1- Dados sobre a cidade de Campinas nos anos de 1970.	8
1.2 – Panorama nacional, contexto da sociedade brasileira nos anos de 1970.	11
CAPÍTULO II – ASPECTOS HISTÓRICOS DO COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA	20
2.1- Aspectos históricos do Colégio Culto à Ciência.	20
2.2 - A autonomia do Colégio Culto à Ciência.	26
2.2.1 - Administrativa	26
2.2.2 - Didática	27
2.3 –Década de 1970.	29
CAPÍTULO III- ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA.	33
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

- Exposição da História do Colégio Culto à Ciência, contemplando as razões de sua fundação e o seu funcionamento;
- Exposição dos aspectos políticos, econômicos e culturais do contexto social brasileiro e da cidade de Campinas nos anos de 1970;
- Análise das mudanças ocorridas no Colégio Culto à Ciência a partir da década d 1970 com a implantação da Lei 5692/71.

Os objetivos desta pesquisa serão organizados em capítulos para que a temática, em questão seja didaticamente organizada:

- *Capítulo I -Análise do período histórico social brasileiro, especificamente da cidade de Campinas, considerando os aspectos culturais, econômicos e políticos. Relacionar o contexto histórico com o conceito de currículo o qual se sustentava neste respectivo período.*
- *Capítulo II - Estudo sobre a História do Colégio Culto à Ciência contemplando as razões históricas para a sua fundação, o perfil do alunos que estudavam neste colégio, o funcionamento e a representação desde colégio para a sociedade campineira*
- *Capítulo III- Análise das mudanças ocorridas no Colégio Culto à Ciência no contexto do ano de 1970, discutindo sobre as razões das mudanças e as influências das concepções de educação deste período histórico.*
- *Conclusão. Considerações finais a respeito dos dados levantados na pesquisa e do alcance dos objetivos propostos.*

A escolha pelo tema: “As mudanças ocorridas na década de 1970 no Colégio Culto à Ciência” aparece em primeiro lugar pelo interesse com relação à maneira como a educação materializa suas intenções educativas e concepções na proposta curricular. E considerando que nenhuma intenção educativa é neutra, pois entendemos o currículo como um artefato escolar indissociável das próprias condições históricas em que ele se estabelece e as quais ele contribui para criar, a segunda razão por pesquisar essas alterações é estudar as condições históricas relacionadas à história do Colégio Culto à Ciência.

Para esta pesquisa foram selecionados autores que trazem o seguinte conceito sobre currículo: um processo de construção o qual resulta de intencionalidades que o produzem de forma diferente em tempos e lugares diferentes. Acreditando que o discurso

curricular sempre se embasa em uma vertente política, a questão teórica deve ser sempre analisada e avaliada em função do papel que exerce no contexto histórico, no qual se produz a prática curricular.

Esta pesquisa foi desenvolvida mediante o levantamento bibliográfico, selecionando a literatura pertinente e também a pesquisa documental, analisando as mudanças ocorridas no Colégio no contexto da década de 1970 e outras fontes documentais auxiliares no trabalho de coleta sobre os dados históricos.

CAPÍTULO I

EXPOSIÇÃO DOS ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS DA SOCIEDADE CAMPINEIRA E BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970.

O objetivo deste capítulo é analisar o período histórico-social da sociedade brasileira e campineira nos anos de 1970, abordando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. A consideração de tais aspectos é de extrema importância para a compreensão das mudanças efetivadas no Colégio Culto à Ciência nos anos de 1970, uma vez que o contexto político, econômico, social desses anos é que influenciaram as alterações sofridas no Colégio.

1.1- Dados sobre a cidade de Campinas nos anos de 1970.

Como já sabemos a origem do povoamento de Campinas está ligada à abertura dos caminhos para o sertão de Goiás e Mato Grosso, feita pelos paulistas do Planalto do Piratininga, no século XVIII. O pouso para o descanso dos tropeiros, que utilizavam este caminho entre as Vilas de Jundiá e Mogi-Mirim, ficou conhecido como "Campinas do Mato Grosso" em razão de três pequenos descampados ou "campinhos" em meio à mata. O povoamento efetivo começou com a chegada de Francisco Barreto Leme, de sua família e de seus conterrâneos vindos de Taubaté. No ano de 1767 eram 185 pessoas moradoras no bairro de Mato Grosso. Em 1775 foi criado o Distrito de Conceição de Campinas, que no ano de 1797 fora elevado à condição de vila recebendo o nome de São Carlos com 2.107 habitantes e com pouco mais de quatrocentas casas. (Centro de Memória da Unicamp, Biblioteca Digital. 2005)

Atualmente, no ano de 2005, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população de Campinas estimada é de 1.045.706. O crescimento da cidade desde a sua fundação até o presente momento deve-se a inúmeros fatores que não serão contemplados neste trabalho, no entanto, podemos afirmar que o progresso fez muitas mudanças no município de Campinas e os dados históricos nos anos de 1970, que aqui serão apresentados, revelam alguns aspectos destas mudanças.

A população campineira nos anos de 1970 atingia 375.864 habitantes, com uma taxa de urbanização de 89,33%. E sob o estímulo da política de interiorização industrial, Campinas continuava a receber novas unidades industriais, o que promoveria a elevação de sua renda per capita. Entre os anos de 1960 e 1980 a população da cidade aumentou de

219.303 para 664.559 habitantes. Como a expansão urbana não era um fenômeno planejado, considerando a crise econômica e a falta de políticas sociais o crescimento da população em favelas aumentou. (Correio Popular, 14/07/05)

Para Cantuária (2000), em 1970 ocorreu um grande movimento de expansão industrial em Campinas e região, acompanhado pelo crescimento econômico vivido pelo país, isto favoreceu o crescimento populacional de forma expressiva. O processo de industrialização alterou profundamente o espaço urbano da cidade, impulsionando o surgimento de novos bairros nobres e populares, acrescentando ainda à paisagem urbana uma nova configuração: as favelas.

A respeito do crescimento desordenado das favelas na cidade de Campinas, Santos (2002) aponta que:

“ O cenário urbano resultante do padrão de acumulação capitalista destas três últimas décadas apresenta multidões de migrantes despejados nas favelas, cortiços e na periferia distante, oferta reduzida de emprego no mercado formal, subemprego marginal e desemprego.” (SANTOS, 2002, p. 318)

Com a transformação das antigas vilas operárias (Cantuária, 2000) em redutos da classe média, ocorre o distanciamento dos bairros localizados no centro, em virtude do crescimento do comércio. As propriedades rurais, com localização mais próxima ao centro urbano, são erradicadas, com o objetivo de atender o novo mercado imobiliário formado nos anos de 1970. Uma nova configuração é definida na cidade de Campinas.

Ainda nessa dimensão das transformações, outro fenômeno que define uma nova configuração da cidade é a erradicação das propriedades rurais mais próximas ao centro urbano, que passam a ser loteadas pela iniciativa privada para atender ao novo mercado imobiliário que vem se formando nessa década.

Cantuária (2000), afirma que as alterações na estrutura física refletem o processo de transformação do espaço econômico e social da cidade de Campinas.

A industrialização foi um fator que contribuiu para mudanças, como o assalariamento e a urbanização da mão-de-obra agrícola, sendo que em 1970 o grau de

urbanização do município apresentava-se em 84,4%. A população economicamente ativa estava distribuída nos respectivos setores: 3º setor: 58,9%, 2º setor: 34,7% e 1º setor: 6,4%. (Correio Popular, 14 de julho de 2005)

Santos (2002) ao discutir sobre o fato de Campinas ser caracterizada como centro produtor e irradiador de alta tecnologia na estruturação do espaço urbano aponta que a partir de 1970, intensificou-se em Campinas o processo de conurbação de municípios e de possibilidade de configuração de uma área metropolitana.

A partir desse período, Santos (2000) afirma que a região também passou a se destacar pelo desenvolvimento do setor industrial agroprocessador, utilizando-se dos investimentos estatais proporcionados pelo PROÁLCOOL. Tornou-se mais nítida a estruturação do espaço geográfico regional como concentrador e irradiador de alta tecnologia com a instalação do pólo petroquímico em Paulínia e a concentração de indústrias de telecomunicações e microeletrônica.

Para essa mesma autora, a evolução tecnológica interfere no cotidiano das cidades e, portanto, das pessoas que nela habitam e circulam. As moradias adquirem uma nova arquitetura, possibilitada pelos avanços tecnológicos, com destaque para aqueles relacionados à informação. Nas residências mais sofisticadas, nos prédios e nos condomínios são instalados avançados sistemas eletrônicos de segurança, relacionados à paranóia da violência que contribuem para aumentar a segregação social.

Para Cano e Brandão (2002), em 1970 houve uma grande explosão e a cidade de Campinas viveu uma fase de grande expansão industrial em detrimento de três fatores: política de desenvolvimento agro-exportador, programa Pró- Álcool e a presença da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e de institutos federais de pesquisa. O avanço também se deu nos setores da informática, da microeletrônica e de telecomunicações.

Segundo esses autores outros dois elementos importantes atuaram nesse processo: a extraordinária modernização e a expansão da agricultura paulista, gerando forte impacto sobre a agroindústria e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e bens de capital para esses setores, que também reorientaram, em parte, sua localização.

Nos anos de 1970 o aumento do contingente de famílias e indivíduos pobres, mediante o grande fluxo migratório fez com que o espaço do serviço público ficasse deficitário em qualidade e capacidade de atendimento. A região periférica de Campinas se expande com condições precárias de habitação.

De acordo com Baeninger (1966) mais de 40% do crescimento populacional verificado na Região Metropolitana de Campinas está relacionado ao fenômeno da migração. De cada 10 novos habitantes, quatro são de fora da região, isso demonstra que na região ainda há capacidade de atração para o fluxo migratório. Nos anos de 1970 essas taxas de migração eram maiores, sendo que de 10 novos moradores, seis eram migrantes.

Gohn (2001), analisa Campinas, como uma cidade que tem uma forte tradição de lutas e construção de instrumentos de participação popular, na segunda metade dos anos de 1970, um forte movimento se organizou na periferia em torno de reivindicações de infra-estrutura nas vilas planejadas da Companhia habitacional (COHAB) e em bairros vizinhos em torno do combate à inflação.

Esses dados históricos sobre o município de Campinas nos trazem elementos para que possamos entender o contexto nacional, o qual também influenciava a realidade campineira.

1.2 – Panorama nacional, contexto da sociedade brasileira nos anos de 1970.

Ao analisar o panorama nacional, da sociedade brasileira, esta pesquisa busca referências históricas e sociais do século XX. Segundo Menezes (1996) o século XX representou o período no qual a sociedade atingiu sua mais forte característica urbano-industrial.

Devemos considerar que nos anos anteriores ao período de 1970, principalmente o ano de 1964, com o regime da ditadura, têm influências sobre o período que esta pesquisa focaliza. Os movimentos sociais, a mentalidade social que fora sendo constituída aparece como uma tentativa de resistência para os fatos anteriormente ocorridos.

Para Gohn (2001) os movimentos sociais possibilitam a noção do novo sujeito histórico, povo, resultando uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares.

O otimismo político e econômico desenvolvimentista dos anos do governo de Juscelino Kubstckesk (1956- 1961) fora substituído pelos tempos do “milagre brasileiro” do ciclo dos governos que sucederam o período após o golpe militar (1964) . A oposição era mascarada nos porões da ditadura e o dinheiro farto no mercado internacional resultante do petrodólares, era o grande financiador responsável pelas obras que aumentavam, cada vez mais a dívida externa de nosso país. (Ribeiro, 1996)

Retomando o cenário político e econômico que antecede os tempos do “milagre brasileiro” o objetivo desenvolvimentista de Juscelino Kubstckesk empreendia uma política que dava ênfase à industrialização e a modernização do país. Tal política também priorizava a substituição das importações nos setores de consumo duráveis (como automóveis, eletrodomésticos e utensílios diversos) pela instalação do capital estrangeiro dando espaço às multinacionais no território brasileiro.

Essa retomada é muito importante para a compreensão do modelo desenvolvimentista que o milagre brasileiro veio por substituir. Paralelamente a esses acontecimentos o Brasil assistia ao vigor da Tropicália e do Cinema Novo, entre outras manifestações culturais que refletem de forma crítica o futuro do país.

Esses movimentos culturais tiveram início no final dos anos de 1960, período no qual a maioria da intelectualidade brasileira estava empenhada em engajar-se, isto é, realizar um trabalho de participação ativa na mudança da sociedade.

Dentro desta perspectiva, passou a se valorizar as manifestações culturais vindas do povo, a miséria deixou de ser folclore, tornando-se a denúncia de uma classe e os oprimidos passaram a ter espaços de representação em nossa sociedade, através de diversos movimentos sociais.

No Brasil a urbanização apresentou um ritmo acelerado de crescimento entre 1960 e 1970. A partir da década de 1970 cerca da metade da população nacional já se concentrava nas cidades. Houve, portanto, o que Menezes (1996) chamou de inversão da distribuição espacial da população entre o meio rural e o urbano, sendo que 71,2% da

população que se concentrava no meio rural em 1960, declinou para 58,9% em 1970 e para 46,4% em 1980.

Para Carvalho (2000) o fenômeno da globalização foi o fator percussor de conseqüências econômicas para a América Latina, partindo do ponto de vista da consideração dos novos conteúdos propostos para este contexto. Resgatando os acontecimentos de 1970, a profunda transformação em escala mundial nas estruturas da sociedade moderna, traduziu antigos processos históricos, em novos e complexos significados para as conjunturas contemporâneas.

De acordo com Ribeiro (1996) a abertura política foi um período no qual ocorreu o processo de transição do Regime Militar de 1964 para uma ordem democrática no Brasil entre meados de 1970 e de 1985.

Piletti e Arruda (2004) apontam que o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) ficou conhecido como "os anos negros da ditadura". Movimentos como o estudantil e o sindical estavam contidos e silenciados pela repressão policial, os desaparecimentos políticos e a tortura tornou-se prática comum dos DOI-CODIs, (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) órgãos governamentais responsáveis por anular os esquerdistas, denominação utilizada para os opositores ao governo no regime da ditadura, considerados também como progressistas.

Também neste período o fechamento dos canais de participação política levou a esquerda a optar pela luta armada e pela guerrilha urbana. A resposta do governo era a repressão e uma intensa propaganda. Neste período foi lançado, o slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o", proferido pelo militares.

Segundo Borges (2002), o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) de início formado como oposição consentida, foi formado pelas pessoas que ousaram ser oposição na época do regime militar, enfrentando a fúria dos direitistas representados por aqueles que apoiavam o regime militar.

Seguindo as idéias de Piletti e Arruda (2004), em todo país vários grupos armados de oposição ao regime surgiram entre os que se destacam estavam a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Marighella, a VAR-Palmares (Vanguarda

Armada Revolucionária), sob o comando de Carlos Lamarca, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro - data da morte de Che Guevara na Bolívia) e o PC do B, sendo que este posicionou-se contra a luta armada.

De acordo com Fausto (2000), a luta armada fez sua aparição realmente espetacular a partir do seqüestro do embaixador americano Elbrick, no Rio de Janeiro (narrado no livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*). Setores oposicionistas tiveram a impressão de que os grupos de luta armada iriam desestabilizar a ditadura, mas na verdade o regime militar desencadeou uma repressão violenta, feroz, atingindo até setores da sociedade que não integravam esses grupos.

Para Ribeiro (1996) a fase do endurecimento político, entretanto, foi mascarado pelo “milagre econômico”, período em que ocorreu o crescimento extraordinário do PIB (cerca de 10% ao ano), a diversificação das atividades produtivas e o surgimento de uma nova classe média com alto poder aquisitivo, ocuparam o cenário da sociedade brasileira. Entre esses fatores houve aumento estrondoso da concentração de renda, dando ao país o título de mais injusto do mundo.

De acordo com esse mesmo autor o crescimento esteve atrelado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo como mentor o então ministro Delfim Neto, porém o crescimento não se cedeu ao milagre: iniciou-se um processo galopante de endividamento (dívida em 1964 = 1,5 bi; 1970 = 14 bi; 1985 = 90 bi), a especulação no Open Market com títulos do governo prejudicou sobremodo a produção e a concentração de renda e da propriedade agrária agravou-se acentuadamente.

A população não era explicitamente informada das facetas negativas do governo e os índices oficiais de inflação eram manipulados. O endividamento serviu para custear obras faraônicas, de necessidade duvidosa, tais como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, a Usina de Itaipu, entre outras.

Quando o governo de Médici chegou ao fim, as taxas de crescimento começavam a declinar, a Crise do Petróleo em 1973, nos atingiu profundamente, uma vez que, nesse período, a maior parte do petróleo consumido aqui era importada. Assume o governo em 15 de março de 1974, o General Ernesto Geisel tendo que enfrentar

dificuldades econômicas e políticas que anunciavam o fim do "Milagre Econômico" e ameaçavam o Regime Militar.

No final de 1973 (Ribeiro, 1996) a dívida externa contraída para financiar as obras faraônicas do governo ultrapassava os 10 bilhões de dólares. Em 1974, a inflação chegava a 34,5% fenômeno que dificultava a correção dos salários.

No governo de Geisel, não foi utilizada uma política recessiva de contenção, mas a proposta de investir no crescimento econômico. A sociedade, então, permanece com grande endividamento externo e os investimentos voltados para a indústria, com o objetivo de substituir importações. A meta era alcançar um crescimento industrial de 12% ao ano até 1979. Para tanto desenvolveu o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava criar bases para a indústria (procurando reduzir a dependência em relação a fontes externas).

Esses investimentos foram abrangendo o setor energético: iniciou-se um programa visando à implantação de um combustível alternativo à gasolina, o álcool. Este programa denominado Proálcool (Programa Nacional do Álcool), tinha objetivo de ampliar as fontes alternativas de energia para fazer frente à Crise do Petróleo, ao mesmo tempo em que desencadeou uma campanha de racionamento de combustíveis.

Acompanhando isso, criou-se o Procarvão (Programa Nacional de Carvão), visando à substituição do óleo combustível. Na área de energia, foi aprovado no ano de 1975 o Programa Nuclear Brasileiro, uma aliança com os alemães que previa a instalação de uma usina de enriquecimento de urânio, além de centrais Termonucleares.

A crise internacional do petróleo desencadeada em 1973 trouxe influências para o desenvolvimento industrial e o aumento do desemprego. Geisel propôs um projeto de abertura política "lenta, gradual e segura". O plano de abertura é atribuído ao ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva. Denominou-se Golbery de "eminência parda", pois era ele quem efetivamente planejava a maior parte dos atos do governo sem, contudo, assumir o cargo de Presidente.

No período das eleições de 1974, o crescimento das oposições mostrou-se patente. Em troca, em 24 de junho de 1976, o governo promulgou a Lei Falcão, essa lei

impedia o debate político nos meios de comunicação, particularmente no rádio e na televisão.

Previendo a vitória da oposição nas eleições de 1978, Geisel fechou o Congresso, por duas semanas e decretou em abril de 1977 o "Pacote de Abril", o qual alterava as regras eleitorais: determinando que as bancadas estaduais da Câmara não podiam ter mais do que 55 deputados ou menos que seis. Em decorrência disto, os estados do Norte e do Nordeste, garantiriam uma boa representação no Congresso.

Neste pacote as eleições indiretas para presidente foram mantidas, criou-se a figura do senador biônico: um em cada três senadores passaria a ser eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas de seus estados. No ano de 1978 o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) apresentou seu candidato ao colégio eleitoral, o general Euler Bentes, que recebeu 266 votos, contra 355 votos do candidato do governo de João Batista Figueredo.

Nas eleições legislativas (Piletti e Arruda, 2004) de 15 de novembro a Arena obteve em todo o país 13,1 milhões de votos para o Senado e 15 milhões para a Câmara; o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) conseguiu 17 milhões de votos para o Senado e 14,8 milhões para a Câmara. Geisel conseguiu que a "distensão" seguisse nos seus moldes: lenta, gradual e segura. Obteve a eleição de Figueiredo, mas não impediu o avanço da oposição. Já ao final de seu mandato, em 1º de janeiro de 1979, Geisel extinguiu o Ato Institucional (AI-5- Ato Institucional nº 5).

Para Linhares (1990), apenas 4% da população economicamente ativa do Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1979, ganha acima de dez salários mínimos. E 40% da população recebe até três salários mínimos. Cai o valor real do salário mínimo. Comparando com o ano de 1959, um trabalhador que ganhasse salário mínimo precisava trabalhar 65 horas para comprar os alimentos necessários à sua família, já no final do ano de 1970 o número de horas necessárias passa para 153. A situação para os trabalhadores no campo era outro fator preocupante, pois não recebiam sequer o salário mínimo.

Despencam também os indicadores de qualidade de vida da população: a mortalidade infantil no Estado de São Paulo salta de 70 por mil nascidos vivos em 1964

para 91,7 por mil em 1971. O registro, no mesmo ano, da existência de 600 mil menores abandonados na Grande São Paulo denuncia a qualidade de vida nesta cidade.

Segundo Linhares (1990), outros dados sobre qualidade de vida, mostram que no ano de 1972, de 3.950 municípios do país, apenas 2.638 têm abastecimento de água. E ainda através de dados de um dos relatórios do Banco Mundial, três anos depois, mostra que 70 milhões de brasileiros são desnutridos, o equivalente a 65,4% da população, na época de 107 milhões de pessoas. O Brasil tem o 9º PNB do mundo, mas em desnutrição perde apenas para Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas.

O que era o milagre econômico? Baseado no binômio segurança-desenvolvimento, o modelo de crescimento econômico instaurado pela ditadura conta com recursos do capital externo, do empresariado brasileiro e com a participação do próprio Estado como agente econômico.

O PNB, de acordo com Piletti e Arruda (1996), cresce, em média, 10% ao ano entre 1968 e 1973. Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda nos governos Costa e Silva e Garrastazu Medici e o principal artífice do "milagre", aposta nas exportações para obter parte das divisas necessárias às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

O crescimento do mercado mundial, na época, favorece essa estratégia, mas é a política de incentivos governamentais aos exportadores que garante seu sucesso. Para estimular a indústria, Delfim Netto expande o sistema de crédito ao consumidor e garante à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis.

A partir de 1973 o crescimento econômico começa a declinar. No final de 1970 a inflação chega a 94,7% ao ano. Em 1980 bate em 110% e, em 1983, em 200%. Nesse ano, a dívida externa ultrapassa os US\$ 90 bilhões e 90% da receita das exportações é utilizada para o pagamento dos juros da dívida. O Brasil mergulha em nova recessão e sua principal consequência é o desemprego (Piletti e Arruda, 2004).

Na indústria mundial, até 1970 predominava a organização fordista: teoria de administração industrial concebida pelo norte-americano Henry Ford, a qual visa aumentar a produtividade pela estandarização dos produtos, redução de custos e maximização da produtividade com trabalho altamente especializado. Ou taylorista do trabalho,

caracterizada pela linha de montagem e funções específicas para cada operador do processo produtivo.

A revolução tecnológica na informática, na microeletrônica, na biotecnologia deflagra e novos tipos de materiais e outros campos produtivos têm imposto ao trabalho humano novas modalidades de organização.

Ocorre uma nova divisão entre aqueles que criam os sistemas informáticos com base em conhecimentos científicos e aqueles que operam tais sistemas, necessitando conhecimentos básicos. Com esta divisão do trabalho, os trabalhadores manuais têm cada vez menos espaço, os cientistas por sua vez como os operadores dos sistemas informatizados precisam possuir habilidades e conhecimentos múltiplos que permitam facilidade no intercâmbio de funções, em função da velocidade das mudanças no processo produtivo.

Concluimos que as mudanças tecnológicas e a qualificação profissional exigem mais autonomia e participação dos trabalhadores na programação das máquinas passando essas das chefias para os operadores.

As máquinas passam a produzir muito mais e a introdução dos novos sistemas tecnológicos e dos padrões de organização do trabalho elevam substancialmente a produtividade do trabalho.

E com a crescente produtividade imposta pela revolução tecnológica o chamado desemprego estrutural ou tecnológico atinge primeiro os trabalhadores manuais ou de baixa qualificação.

De acordo com Aranha (1989) no período de 1970 destaca-se a produção teórica dos críticos-reprodutivistas, que desfazem as ilusões da escola como veículo da democratização.

Com a difusão dessa teoria no Brasil diversos autores se empenham em fazer a releitura do nosso fracasso escolar. A tarefa da pedagogia histórico-crítica se insere na tentativa de reverter o quadro de desorganização que torna uma escola excludente, com altos índices de analfabetismo, evasão, repetência e, portanto, de seletividade.

A partir de 1970, começam a ser discutidos os determinantes sociais, isto é, a maneira pela qual a estrutura sócio-econômica condiciona a educação. O trunfo de se tornar um dos países mais ricos contrasta com o fato de ser um triste recordista em concentração de renda, com efeitos sociais perversos: conflitos com os sem-terra, os sem-teto, infância abandonada, morticínio nas prisões, nos campos, nos grandes centros. Persiste na educação uma grande defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos, porque a população não recebeu um ensino fundamental de qualidade.

Para Romanelli (1978) ao considerar a educação brasileira após 1964, sinaliza a ruptura da sociedade brasileira com a velha ordem oligárquica, no período entre 1930 a 1964, a relação entre a política e economia caracterizaram-se por um equilíbrio mais ou menos estável que estaria entre o modelo político “getuliano”, caracterizado pelas tendências populistas e o modelo de expansão da indústria.

A mesma autora acrescenta que entre os anos de 1964 e 1968 temos a aceleração do ritmo do crescimento da demanda efetiva de educação, o que resultou em dois fatores: a implantação da indústria de base e a deterioração dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média. A Reforma do ensino de 1º e 2º graus e a reforma Universitária podem ser lembradas como elementos que proporcionaram mudanças em 1970, dando novos rumos para a educação.

CAPÍTULO II

ASPECTOS HISTÓRICOS DO COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA

O objetivo deste capítulo é apresentar o estudo sobre a História do Colégio Culto à Ciência, contemplando as razões históricas para a sua fundação, o perfil dos alunos que estudavam neste colégio, o funcionamento e a representação desse colégio para a sociedade campineira.

A história do Colégio Culto à Ciência não poderá ser retratada sem que se tenha a dimensão política, histórica e econômica da cidade de Campinas e da sociedade brasileira. Os aspectos políticos, históricos e econômicos auxiliam na interpretação do objeto desta pesquisa, a qual tem como proposta pesquisar as mudanças ocorridas no Colégio na década de 1970 impostas pela Lei federal 5.692/71.

Considerando a importância desses aspectos, no capítulo anterior foi apresentado o contexto histórico da sociedade campineira e brasileira no ano de 1970 para a compreensão das mudanças que foram efetivadas.

2.1- Aspectos históricos do Colégio Culto à Ciência.

Ao tratar da história do Colégio Culto à Ciência, localizado na cidade de Campinas (SP) é importante considerá-lo como parte da memória nacional, visto que entre seus idealizadores, destaca-se a figura de Manuel Ferraz de Campos Sales, que entre os anos de 1898 e 1902 ocupou o cargo de presidente da República do Brasil.

Essa iniciativa particular de um grupo de campineiros empenhados na fundação do colégio ocorreu no final do século XIX. Em prol da necessidade da cidade de Campinas e da ausência de recursos culturais adequados, de acordo com a pesquisa de Afonso e Pinto (1986), com o patrocínio da Loja Maçônica Independência o colégio funcionaria da seguinte maneira:

“O Colégio começou a funcionar regularmente no ano de sua inauguração, ou seja, em 1874. As aulas eram dadas nas salas do primeiro pavimento. No andar superior estavam instalados os dormitórios e a administração. No final do primeiro ano, a escola contava com 60 alunos internos, 10 semipensionistas e 14 externos (AFONSO E PINTO, 1986, p.16)

No país o estabelecimento era o único do gênero o que lhe concedia o merecimento e a menção especial, em relação aos serviços públicos prestados, do então Ministro do Império (1874) João Alfredo Correia de Oliveira.

A reflexão sobre a mentalidade vigente nos direciona para os destinos de uma sociedade que almejava futuramente a instrução pública. Com o objetivo de apresentar os resultados da investigação histórica a respeito do Colégio Culto à Ciência reunimos neste capítulo os dados coletados através da leitura do material selecionado como fundamentação para este trabalho.

Essa história teve início mediante o ideário de um grupo de maçons,⁽¹⁾ que ao invés de mandar seus filhos estudarem em São Paulo, optaram por construir um colégio à altura de Campinas e com a organização desse grupo foram realizadas várias reuniões. Após quatro anos da primeira reunião, foi inaugurado o Culto à Ciência, aos 12 dias de janeiro de 1874. Nesse ideário estava a preocupação de que se reproduzisse e veiculasse a visão de mundo desses homens, os quais criaram uma escola para formar as novas gerações da elite de Campinas.

“A Sociedade Culto à Ciência” era constituída exclusivamente de maçons, assim como foram maçons todos os seus diretores e professores até a dissolução da Sociedade. A maçonaria, que durante o Brasil colônia havia sido o grande centro difusor das idéias liberais, as quais influenciaram os movimentos pela Independência do Brasil, passou a difundir no Império, idéias positivistas, abolicionistas e republicanas. Para os maçons, o ensino era muito importante: eles reclamavam a instrução para todos, gratuita, obrigatória e exclusivamente leiga. São eles os precursores das aulas noturnas, destinadas principalmente aos escravos. Assim, concretizando os ideais maçons, o Culto à Ciência foi a primeira escola inteiramente leiga de Campinas.” (AFONSO E PINTO, 1986, p.16)

¹ A Maçonaria é uma Ordem Universal formada de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, acolhidos por suas qualidades morais e intelectuais e reunidos com a finalidade de construir uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor `a Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo, com Tolerância, Virtude e Sabedoria e com a constante investigação da Verdade e sob a tríade LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, dentro dos princípios da Ordem, da Razão e da Justiça, o mundo alcance a Felicidade Geral e a Paz Universal (Seignemartin, 1979).

Em defesa ao culto da razão a escola inspirou-se no positivismo de Augusto Conte (1798-1857) estando inserida em um contexto de uma sociedade que era representada pelo poder fervoroso da religião católica. O termo positivismo designa o conjunto das concepções filosóficas de Augusto Conte, essas concepções direcionam e conclamam para a exigência do respeito nas experiências e nos dados positivos.

O positivismo que se limita à experiência imediata, pura e sensível, preocupa-se com a objetividade e, portanto, tem como princípio que a ciência e a história são fecundas no campo prático, técnico e aplicado. Admite-se, segundo essa concepção, que a única fonte de conhecimento e de critério de verdade provém da experiência.

“O nome “Culto à Ciência” foi dado à escola porque, para os positivistas, a razão era o novo guia da humanidade e cultivar a ciência era o mesmo que cultivar a razão”(AFONSO E PINTO, 1986, p.15)

Para Afonso e Pinto (1986), em 1869 a sociedade Culto à Ciência fora idealizada pelo agricultor Antonio Pompeu de Camargo (campinense) com ensino primário e secundário para educação moral e intelectual de seus alunos. Ainda aos dezenove dias do mês de outubro, no ano de 1969, realizou-se a primeira assembléia dessa Sociedade. Essa sociedade atuava sem fins lucrativos e deveria ser formada por quotas, tendo cada acionista não menos que cinco quotas.

As autoras (Afonso e Pinto) colocam a importância de considerar o contexto econômico, da cidade de Campinas, sendo que no período de inauguração do Colégio Culto à Ciência, apresentava como economia a produção cafeeira que impulsionou um novo ciclo de desenvolvimento da cidade.

Nesse mesmo período (segunda metade do século XVIII), a população de Campinas concentrava um grande contingente de trabalhadores escravos e livres, empregados em plantações e em atividades produtivas rurais e urbanas. Campinas era considerada uma das cidades mais fecundas e que esbanjava prosperidade.

No entanto até o ano de 1854 poucos habitantes tinham conquistado um diploma científico e, em razão disso, procuravam outros estabelecimentos como Colégio São João Lageado, na cidade de Sorocaba e, alguns colégios de Campinas, como no Colégio São João do professor João Brás da Silveira Caldeira, o colégio do professor João Batista Pupo de Moraes (funcionava na fazenda Laranjal em Joaquim Egídio) e outros para completar a formação educacional.

No ano de 1869 a idéia da fundação de um estabelecimento de ensino na cidade foi posta pelo agricultor Antônio Pompeu de Camargo, que procurou organizar uma sociedade constituída por pessoas com referências positivas e de renome em nossa sociedade e representadas por fazendeiros, industriais, comerciantes e por outras que tivessem a graduação acadêmica. Para a fundamentação sobre a importância da constituição de um colégio foi escrito o seguinte manifesto:

“Convencidos de quanto é sensível nesta cidade à falta de um estabelecimento que se destine ao ensino primário e secundário, regularmente montado, de modo a poder realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e intelectual dos alunos; convencidos de que esta falta, dificultando a educação dos filhos deste município, embaraça de modo extraordinário o seu progresso moral, e assim neutraliza os grandes elementos de prosperidade que já possui; convencidos, finalmente, de que é já tempo de providenciar decisivamente sobre uma tão palpitante quanto urgente necessidade, têm os abaixo assinados, para o fim de fazer edificar ou reconstruir um prédio com as acomodações especiais para o referido estabelecimento de ensino, se associado nas condições abaixo descritas”.
(NETO, 1946, p.02)

Diante do manifesto, foram aprovados seus pontos principais e nomeada uma comissão para produzir os estatutos dessa nova sociedade e constituída uma nova diretoria provisória, a qual teria plenos poderes para representar a sociedade com relação aos seus negócios e na arrecadação da compra do prédio, para sediar o novo Colégio. Em reunião realizada no dia 11 de julho, do ano de 1869, pela sociedade resolveu-se que seria importante procurar a área para o terreno, na mesma reunião os diretores Joaquim Egídio, Joaquim Quirino e Jorge Kurg apresentaram a relação de terrenos examinados e a diretoria optou por comprar a área da chácara, a qual pertencia ao tenente Antônio Rodrigues de Almeida, situada no período na extremidade da rua Alegre, denominação da atual rua Culto à Ciência.

Após diversas reuniões realizadas pela diretoria, do estudo de diversas propostas apresentadas, aceitou-se a proposta do empreiteiro construtor Guilherme Krug e aos 11 dias do mês de março do ano de 1873 foi lavrada no cartório do 2º tabelião José Henrique de Pontes, a escritura referente ao contrato de empreitada para a construção do

edifício:

“Nos termos desse contrato, deveria o edifício constar de um pavimento térreo e outro superior, medindo 23,50 metros de frente por 17 metros de fundo, construído de tijolos aparentes, pelo sistema flamengo, devendo oferecer aspecto elegante. O pagamento seria efetuado em 6 prestações, sendo a primeira prestação paga no ato de assinatura do contrato. No domingo, dia 13 de abril, procedeu-se ao lançamento da pedra fundamental do edifício, perante numerosa assistência, tornando-se o ato mais solene pela presença de muitas famílias” (NETO, 1946, p.04)

A sua edificação original traz um único bloco com área aproximada de 1.000 metros quadrados, construídos em 9 meses. Esse projeto foi inspirado nos moldes da arquitetura francesa do século XVII, trazendo em sua configuração uma organização austera que reflete o pensamento vigente da época.

No auto de lançamento da primeira pedra do Colégio da Sociedade Culto à Ciência (13 de abril de 1873) o secretário Dr. Campos Salles proferiu um discurso retratando tal acontecimento como um momento histórico em que o progresso teria-se instaurado. Diante disto o cidadão não se limitaria mais a esperar do Estado aquilo que poderia realizar por si só, mas mediante o esforço daqueles que teriam levantado o colégio. A consciência pública teria sido despertada, a sede de instrução seria saciada, a ignorância extirpada e o desenvolvimento da razão seria pleno.(AFFONSO E PINTO, 1986)

Esse templo de instrução foi instalado na sociedade brasileira, habilitando os alunos nas matérias que seriam exigidas nos cursos de graduação, para o comércio e para a indústria. De acordo com uma nona reforma nos estatutos ficou aprovado que:

“Art. 1.o — A Sociedade “Culto à Ciência”, fundada pelos estatutos aprovados pelo Governo Provincial em 23 de setembro de 1869, com sede nesta cidade de Campinas, fica constituída sob a forma de anônimo e continua a ter por fim manter e dirigir um colégio de instrução primária e secundária, promovendo a educação de alunos do sexo masculino. Art. 2.o — A Sociedade não tem direito à distribuição de dividendos ou quaisquer outros lucros pecuniários. Art. 4.o — O capital social será de Cr \$110.867,43, quantia esta correspondente à primeira tomada de ações, donativos e empréstimos feitos.”

Com relação às atribuições da diretoria, constituída de cinco membros eleitos de dois em dois anos, ficou aprovado que:

“Art. 31 — No colégio se receberão alunos internos, pensionistas, meio pensionistas e externos, mediante as taxas e pensões que foram marcadas pela diretoria. O colégio poderá receber alunos gratuitamente, sendo pobres, a juízo da diretoria. No caso de dissolução da Sociedade, ficará o patrimônio pertencendo à municipalidade de Campinas, para fins exclusivamente da instrução.” (NETO, 1946, p.6)

De acordo com Paula, Neto (2005) em 1874, deu-se o início das aulas no primeiro pavimento, no andar superior estavam instalados os dormitórios e administração. No final do primeiro ano o quadro do colégio compunha sessenta alunos internos, dez semipensionistas e catorze externos. No ano da Proclamação da República e no ano seguinte o Colégio não funcionou regularmente.

O mesmo autor complementa que no ano de 1891, o colégio retornou suas atividades com 102 alunos freqüentando o colégio, o curso primário estava dividido em dois graus: o 1º grau compreendia os alunos de 8 a 10 anos e o 2º grau, os alunos de idade superior a 10 anos. No estado de São Paulo tínhamos o Ginásio de São Paulo (fundação 16/09/1894) e o Ginásio de Campinas.

A manutenção desses colégios visava proporcionar aos alunos externos a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente, tanto para o bom desempenho quanto à matrícula nos cursos de ensino superior e obtenção do grau de bacharel em ciências e letras. Para que o ensino tivesse uma imagem sólida e mais eficiente, a freqüência era obrigatória, sendo que o aluno poderia perder o ano letivo, caso excedesse no limite de faltas.

2.2 - A autonomia do Colégio Culto à Ciência.

2.2.1 - Administrativa

O Colégio Culto à Ciência era considerado um colégio de excelência na qualidade de ensino oferecida, por isso em 5 de fevereiro de 1963, a Lei nº 7817 publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, sob o governo de Adhemar de Barros, estendeu ao Colégio Estadual “Culto à Ciência” o regime de autonomia didática e administrativa, obtido pelo Colégio Estadual de São Paulo, pela Lei nº 3.345 de 17 de janeiro de 1956.

A Lei garantiu ao Colégio autonomia didática e administrativa ao colégio no qual deveria ser administrado por um Diretor e auxiliado por um Vice-Diretor. Eles seriam nomeados pelo Governo, dentre os catedráticos do estabelecimento, indicados pela Congregação. O Diretor e o Vice-Diretor teriam o mandato de dois anos sendo permitido a recondução (Artigo 3º e Artigo 4º).

A **Congregação** do Colégio era composta dos professores catedráticos, presididos pelo Diretor, no qual só poderia realizar sessão com a presença da maioria dos seus membros em exercício, sendo suas deliberações tomadas por maioria absoluta de votos. O professor catedrático era o professor escolhido após o exame dos títulos e do concurso. O concurso era composto por: **uma prova escrita** com quatro horas de duração, **uma prova oral ou prático-oral** que consistia no desenvolvimento da matéria sorteada vinte e quatro horas antes da respectiva prova com duração de quarenta e cinco minutos, **uma prova didática** que constava de uma aula de cinquenta minutos ministrada a alunos do Colégio sobre o ponto sorteado no dia anterior, dentre a lista de vinte pontos organizada pela Banca Examinadora e também a **defesa de tese** na qual cada examinador tinha vinte minutos para a arguição e igual prazo ao candidato para a defesa. Para ser considerado habilitado o candidato deveria alcançar a média geral mínima de sete pontos com três examinadores.

Mas o Colégio também tinha os professores contratados e os professores interinos. O professor contratado era admitido pelo prazo máximo de três anos mediante concurso de títulos julgado pela Congregação.

2.2.2 - Didática

Os programas, ressalvadas determinações legais, eram elaborados pelo professor catedrático e deveria ser entregue ao Diretor que tinha o prazo de dez dias para vista-los e marcar uma reunião com a Congregação para a discussão e aprovação dos mesmos. Uma vez aprovados esses programas não eram alterados, sendo que se houvesse extrema necessidade de alguma alteração, a Congregação deveria ser ouvida valendo apenas para o ano letivo seguinte as alterações. (Capítulo II – Programa)

O **programa** obedecia a um plano de trabalho elaborado pelo professor da classe, antes do início do ano letivo, onde ele, o professor catedrático é que reunia os professores contratados de sua disciplina, sob sua presidência para que todos tivessem ciência:

“...quanto à dosagem de matéria, entre as séries diferentes da mesma disciplina, a fim de ser evitada solução de continuidade entre uma série e outra.” (Artigo 8 –Capítulo II)

O **currículo** era formado com atendimento a lei federal e as normas dos conselhos federal e estadual.

A **Educação Física** era obrigatória até a idade de 18 anos para os alunos do curso diurno, a **formação religiosa** dependeria de manifestação expressa pelo pai do aluno menor e a **formação moral e cívica** faria parte de todo o processo educativo sendo desenvolvida em todas as atividades e circunstâncias a vida escolar. (Capítulo III – Currículos)

Na **3ª série do colegial** era organizado um **curso diversificado** que visava o preparo dos alunos para o curso superior e compreendia no mínimo quatro e no máximo seis dentre as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Física, Química, Biologia, Desenho, Inglês, Francês, Latim, Filosofia, História Geral e Brasil, Geografia Geral e Brasil. (Artigo 13 do Capítulo III – Currículos)

A organização dos cursos tinha a duração mínima de 180 dias de trabalho escolar, não incluindo o tempo reservado a provas e exames. Os feriados nacionais, estaduais, Dia do Professor e da Escola havia comemorações especiais. Durante o período

de férias poderiam ser ministradas aulas de reposição e nas férias de verão exames de 2ª chamada, 2ª época, madureza, adaptação, revalidação, admissão e seleção.

As disciplinas e práticas educativas eram ministradas em 24 horas semanais de aulas para cada série, sendo que no curso diurno cada aula tinha a duração de 50 minutos e no curso noturno de 40 minutos.

Quanto a **promoção** o aluno deveria obter nota final igual ou superior a 5 em cada disciplina e o cálculo feito da seguinte maneira: quatro notas bimestrais sendo atribuídos respectivamente os pesos 1,2,2,2. Um exame final escrito com peso 3. a nota bimestral era a média de, pelo menos, duas outras atribuídas no período, devendo uma delas referir-se a um trabalho escrito de tipo sabatina. O professor também podia dar exercícios escritos e chamadas orais sem qualquer aviso prévio. (Capítulo IV- da Promoção)

O **exame final escrito** era realizado no mês de dezembro, após completar os 180 dias letivos(Capítulo V – Das Provas Finais) e era obrigatório.

As provas de **Desenho** deveriam ter caráter gráfico e as provas de **Canto Orfeônico** deveriam ser prático-orais. O professor tinha assegurado o direito de formular toda a prova, autoridade de julgamento e nessa avaliação toda a matéria do ano deveria ser cobrada. O exame final era realizado diante de uma Comissão Examinadora composta de dois professores do próprio estabelecimento, sendo que um deles, obrigatoriamente, o titular da disciplina, a quem cabia formular e julgar as questões, cabendo ao outro professor auxiliá-lo.(Capítulo V – Das Provas Finais)

Os **exames de Segunda Época** eram realizados na primeira metade do mês de fevereiro aos alunos que não tinham obtido nota final igual ou superior a cinco, em uma ou duas disciplinas. A nota final de cada disciplina seria na Segunda Época, a média aritmética ponderada dos seguintes números; a nota dos quatro bimestres e a nota do exame de Segunda Época a que se atribuíam os respectivos pesos: 1, 1, 2, 2 e 4 (ou 1, 1, 1, 2 e 5). (Capítulo VI – Segunda Época)

O Colégio também realizava os **exames de madureza**, baseados nos termos do artigo 99 da lei de Diretrizes e Bases e Instruções vigentes, aos alunos maiores de 16 anos para obtenção de certificado de curso ginásial e aos maiores de 19 anos para obtenção de

certificado de curso colegial. As bancas de exame eram organizadas pelo Diretor e constituídas por professores do colégio. (Capítulo VII – Dos Exames de Madureza – Lei no. 3345 de 17 de janeiro de 1956)

Na mesma época dos exames de madureza, o Colégio realizava os **exames de revalidação** de certificados obtidos no exterior, perante as bancas examinadoras designadas pelo Diretor, a candidatos autorizados pelo Ministério da Educação. Esse exame constava de provas escritas e orais e o candidato deveria ter média mínima de cinco em cada disciplina para ser aprovado.(Capítulo VIII – Dos Exames de Revalidação – Lei no. 3345 de 17 de janeiro de 1956)

O documento que trata da autonomia administrativa e didática do Colégio aborda desde como é estabelecida a Congregação do estabelecimento com todo o corpo administrativo e seus auxiliares (secretário, assistente, escriturários, inspetores de alunos, porteiro e serventes), até como é constituído o corpo docente (professores catedráticos, professores contratados e professores interinos) e suas atribuições. No documento também é apresentadas as funções do orientador educacional, do bibliotecário e do auxiliar de biblioteca. O documento também trata do Corpo Discente e dos Grêmios dos alunos.

2.3 –Década de 1970.

No início da década de 1970 o Culto à Ciência ainda era visto como um colégio “forte” e continuava recebendo os filhos das famílias ricas, apoiadas no passado vitorioso de muitos ex-alunos. Outro fator que contribuía para essa imagem de colégio “forte” era o exame de seleção, no qual era muito concorrido e as avaliações do final de ano que eram extremamente rígidas. Mas o colégio já não era mais o foco de atenção de muitas outras famílias ricas da cidade. Muitas delas passaram a procurar outros colégios da cidade, porém o Culto à Ciência continuava a ser uma boa opção para outros grupos sociais (Cantuária, 2000).

A partir da Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971 o sistema de Ensino do Estado de São Paulo sofre alterações e a autonomia didática e administrativa que o Colégio Culto à Ciência tinha adquirido foi abolida. De acordo com o Diário Oficial de 11 de janeiro de 1972, a implantação do regime instituída pela Lei 5.692/71 seria progressiva, porém a partir de 1972 estava vetado o chamado exame de admissão no 1º grau, podendo, em casos

especiais, as entidades mantenedoras realizar prova de classificação sempre que o número de candidatos fosse maior que o número de vagas.

Em 1975, segundo Cantuária (2000), a Secretaria da Educação do estado de São Paulo empenha-se em cumprir as diretrizes do novo projeto de reforma de ensino nos quais os principais objetivos são:

- Inserção da escola na comunidade;
- Democratização real do ensino;
- Desestímulo à preferência por determinados estabelecimentos de ensino:

“A intenção, segundo o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira, era “neutralizar as chamadas escolas de prestígio, principalmente nos municípios do Interior, onde servem de orgulho e motivação política, provocando ao mesmo tempo uma discriminação em detrimento de áreas prioritárias.”

Ao extinguir os exames de admissão dirigido para a população em geral e passar a adotar o critério de zoneamento, além de romper com o processo seletivo, representou para alguns grupos sociais a impossibilidade de estudar no colégio, visto que os filhos dos grupos mais privilegiados já haviam há muito tempo abandonado a região, construindo suas casas em outras áreas da cidade.

A partir da extinção do exame de seleção para a admissão dos alunos e do critério de zoneamento, a reforma foi implementada e a escola descaracterizou-se. O crescimento desordenado das grandes cidades, no caso, a cidade de Campinas, o crescimento populacional, a crise econômica da época, assim como o êxodo rural, foram fatores que influenciaram na transformação do espaço. As pessoas que moravam próximas ao Culto à Ciência, já não eram as mesmas. Uma nova configuração é estabelecida: a erradicação das propriedades rurais próximas do centro urbano, a conurbação dos municípios (a escola fica próxima à estação rodoviária e passa a atender também os estudantes da região), assim como toda a área ao redor do colégio passou a ser habitada por migrantes, pois os antigos moradores mudaram-se para outros bairros agora mais nobres da cidade.

A escola deixa de ser autônoma no processo de contratação dos professores e

esses passam a ser regidos pelos critérios de contratação de professores da rede pública oficial do estado de São Paulo. De acordo com as novas regras os professores eram recrutados de acordo com a carreira na rede oficial, iniciada por concurso público e os antigos professores do colégio ao se aposentarem foram sendo substituídos pelos professores admitidos segundo as normas gerais do magistério. De acordo com Cantuária (2000), todas essas medidas foram à causa da desvalorização do colégio e conseqüentemente do êxodo das famílias privilegiadas.

A turma de alunos de 1976 significa um marco com relação à mudança de posição do Colégio Culto à Ciência desde a sua inauguração. Essa turma foi à última a prestar o exame de seleção para o colegial, dentro dos parâmetros seguidos antes da reforma de ensino (Lei federal 5.692/71)

“(…) a ela foi garantido por isso, seu direito , de cursar o seu currículo antigo, embora já nesse ano tenha sido criada uma classe de 3º ano para a habilitação técnica em “Turismo”, preenchida por alguns alunos do colégio e outros admitidos pelos novos critérios (zoneamento, parentesco ,etc)” (CANTUÁRIA, 2000, p. 10)

A nova Lei de Diretrizes e Bases (1971) impôs modificações no processo de seleção para o ingresso dos alunos na escola, como também implantação do curso técnico de Turismo. Com a mudança o ensino técnico profissionalizante viria no de 1978 com: os cursos de habilitação plena em Secretariado, habilitação básica em Administração, habilitação básica em Construção Civil e habilitação parcial em Auxiliar de Patologia Clínica.

Para a autora, o processo de industrialização foi um fator contribuinte para todas essas mudanças, ocorridas no Colégio Culto à Ciência e na cidade de Campinas. O assalariamento e a desvalorização da mão de obra agrícola, sendo que em 1970 o grau de urbanização do município apresentava-se em 84,4% com 58,9% da população economicamente ativa distribuída no setor terciário, 34,7% no secundário e 6,4% no setor primário.

Mudanças foram efetivadas no sentido da instituição de curso profissionalizante: atendendo os dispositivos legais (lei 5692/71) de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus. Até a turma de 1976 o currículo permaneceu inalterado, sendo

inserido apenas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, logo após o golpe militar.

Segundo Cantuária (2000) podemos considerar a história do Colégio Culto à Ciência como um processo de desvalorização da escola pública em razão da reforma educacional (Lei federal 5.692/71 no ano de 1971). Antes da Lei Federal 5.692/71 o Colégio tinha autonomia didática e administrativa (Lei nº 7.817, de 05/02/63) no qual o Colégio gozava do mesmo regime de autonomia estabelecido para o Colégio Estadual de São Paulo pela Lei nº 3.345 de 17 de janeiro de 1956.

Com o novo sistema de avaliação a partir de 1976 os conceitos substituíram as notas, às médias bimestrais foi acrescentado o quinto conceito e o processo de recuperação.

A responsabilidade pelo hábito e o controle dos estudos eram dos próprios alunos e de suas famílias, que acompanhavam através da caderneta escolar. O novo sistema de avaliação tornou dificultoso o controle do nível de aprendizagem dos alunos aprovados.

Com as alterações curriculares, a nova forma de avaliar os alunos, o fim do processo seletivo e a alteração no processo de seleção dos professores foram os fatores que tornaram o Colégio Culto à Ciência em mais uma escola da rede pública do estado de São Paulo seguindo os dispositivos legais da lei 5692/71.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NO COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA.

Ao resgatarmos a história do Colégio Culto à Ciência, considerando: as razões históricas, provenientes para a sua fundação; o perfil dos alunos que estudavam neste colégio; o funcionamento e a representação do mesmo para a sociedade campineira, é importante que analisemos a Lei federal 5.692/71, que modificou a estrutura curricular e afetou trajetória do ensino no Colégio Culto à Ciência.

Do ponto de vista processual e histórico essas mudanças estão relacionadas com o cenário da sociedade e educação brasileira no ano de 1970. Esse cenário reflete os paradigmas sociais sobre educação, conhecimento, homem, sociedade e cultura.

A análise a respeito das mudanças ocorridas no Colégio Culto a Ciência, após a implementação da Lei federal n. 5.692, 11 de agosto de 1971 aborda as transformações que afetaram a posição ocupada pelo Colégio Culto à Ciência no espaço escolar da cidade de Campinas.

Para a fundamentação teórica a respeito do conceito de currículo esta pesquisa tem como fonte autores que consideram o currículo como um processo de construção o qual resulta de intencionalidades que o produzem de forma diferente em tempos e lugares diferentes. Acreditando que o discurso curricular sempre se embasa em uma vertente política, a questão teórica deve ser sempre analisada e avaliada em função do papel que exerce no contexto histórico, no qual se produz a prática curricular.

Para Sacristan (1998), currículo é visto como processo que se expressa em diversos âmbitos das decisões políticas e administrativas.

Corazza (2002), concebe currículo como linguagem, onde identificamos significantes, significados, sons, imagens, conceitos, fala, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímia, ironias, invenções, fluxos, cortes, etc. Currículo, nesta concepção, como linguagem é uma prática social discursiva que se corporifica em saberes instituições, saberes, normas, prescrições, morais, regulamentos, programas, relações, valores e modos de ser sujeito.

nacional. E como o Estado foi reorganizado a Educação também precisou se reorganizar, e foi desta forma que se procurou adaptar o sistema educacional aos imperativos de uma concepção econômica desenvolvimentista, na qual o educador e educando seriam mercadorias que deveriam ser bem investidas e moldadas para dar lucro.

Dois eixos são promotores na reforma do ensino: a adequação do sistema educacional à política sócio-econômica e a necessidade de se responder à crescente demanda por melhores níveis de escolaridade.

Para Pimenta e Gonçalves (1992), são duas as leis principais que modificam partes da Lei 4.024/61, abordando o ensino de 1º e 2º graus: A Lei 5.692/71 e a Lei 7.044/82. Essas duas leis caracterizaram mudanças relacionadas a prescrições e normas, as quais serviram de ponto de partida para o desdobramento de uma legislação de ensino nos estados e municípios. Esse desdobramento limitou-se a produzir os dispositivos fixados em nível federal, dado o caráter centralizador do regime político.

A Lei 5.692/71 dá continuidade à política educacional do regime, iniciada com a lei que reformulou o ensino superior, no ano de 1968, visando absorver e conter as pressões sociais para ampliar as oportunidades educacionais, introduzindo mecanismos dissoativos da ação educativa, como por exemplo a divisão entre Educação geral e Formação Especial.

Com a reforma educacional de 1971, Pimenta e Gonçalves (1992), destacam em linhas gerais as seguintes mudanças:

- **Estrutura:** Ensino de 1º grau com 8 anos de duração. Ensino de 2º grau com 3-4 anos de duração. Estrutura unitária: oferecimento de pelo menos educação pré-profissionalizante para todos os estudantes;
- **Início:** especialização iniciada com 15 anos;
- **As alternativas para os estudantes:** possibilidades de escolher matérias e habilitação dependendo das ofertas das escolas. Possibilidade de tempo de duração flexível para o 2º grau, dependendo da possibilidade de cada escola;
- **Relacionamento entre os conteúdos dos currículos:** relativamente aberto, integração em atividades e áreas de estudos;

- **Flexibilidade dos cursos:** possibilidade de diferenciação curricular a níveis de Estado e de escola.

O ensino acadêmico foi conciliado com o ensino profissionalizante e o educando passou a ser preparado não somente para prosseguir seus estudos como também ser preparado para uma habilitação profissional em nível médio. Com isso adotou-se uma nova postura entre educação e trabalho.

De acordo com Romanelli (1978), com relação aos rumos estabelecidos na evolução do sistema educacional, deve-se considerar a realidade concreta criada pela nossa herança cultural, a evolução econômica e a estruturação do poder político:

“ Cada fase da história do ensino brasileiro vai refletir a interligação desses fatores a herança cultural atuando sobre os valores procurados na escola pela demanda social de educação, e o poder político refletindo o jogo antagônico de forças conservadoras e modernizadoras, com o predomínio das primeiras” (Romanelli, 1978, p. 19)

O foco desta pesquisa é analisar as mudanças ocorridas no Colégio Culto à Ciência a partir de 1971, com a implantação da lei federal 5.692/71. Nesta análise é importante reconhecer que a implantação da lei, bem como as mudanças curriculares na rede oficial de ensino, atendem as necessidades da demanda social, da evolução econômica, priorizando a necessidade do ensino profissionalizante e a estruturação do poder político.

De acordo com Cantuária (2000), no ano de 1976, (após a implementação da lei 5.692/71) os alunos ainda cursaram o currículo antigo, com exceção da disciplina de Educação Moral e Cívica que foi introduzida.

A disciplina de Educação Física buscava o desenvolvimento da firmeza disciplinar dos corpos, sendo obrigatória para todos os alunos (exceto os do período noturno). Os valores veiculados pela escola enfatizavam o papel do esforço pessoal na conquista dos objetivos, a importância do trabalho em equipe, a necessidade de superação dos limites e os efeitos nocivos da negligência.

Ofereciam-se cursos opcionais: Datilografia, Taquigrafia e Música (Instrumentos e Fanfarra), além de atividades esportivas com programa e treinamento diversificados.

As mudanças foram efetivadas no sentido da instituição de cursos profissionalizantes: atendendo os dispositivos legais (Lei 5692/71) de Diretrizes e Bases da Educação, uma das classes do terceiro ano da manhã oferecia em caráter eletivo o ensino profissionalizante em Turismo, tornando obrigatório para a turma que em 1976 ingressou no primeiro ano do segundo grau.

Segundo Cantuária (2000), o parecer 2943/75 promoveu alterações curriculares, no ano de 1976 para a turma de alunos ingressantes no 1º ano do 2º grau. No que diz respeito a habilitação parcial, por exemplo, no curso de Auxiliar de Patologia Clínica:

- 1º ano: disciplinas do antigo currículo.

- 2º ano: núcleo comum, parte diversificada e disciplinas profissionalizantes, Educação Moral e Cívica, Técnica em redação, Química, Biologia e Matemática aplicada, Noções de Anatomia, Ciências e Programas de Saúde, Inglês e Fundamentos de Biologia Celular.

- 3º ano: parte diversificada e disciplinas profissionalizantes: (Técnica de redação, Bioquímica, Física e Química aplicadas, Noções de Anatomia e Fisiologia, Fundamentos da Microbiologia e Parasitologia.

A análise das mudanças curriculares efetivadas no Colégio Culto à Ciência ressalta a perda do caráter científico para o caráter profissionalizante na formação dos alunos. As mudanças curriculares, tendo como ponto de partida o currículo antigo, antes da implementação da lei 5.692/71, a grade curricular cursada pela turma de alunos do ano de 1976 e o parecer de 2943/75, que promoveu alterações curriculares para os ingressantes do 1º ano do 2º grau, podem ser melhores observadas no quadro a seguir:

Currículo de 1976 - Antes da Alteração na grade curricular	Currículo de 1976 – Após a alteração da grade curricular com o parecer 2943/75, para os alunos que ingressavam no 1º ano do 2º grau. (Habilitação parcial Auxiliar de Patologia Clínica.)
<p>1º ano:</p> <p>Português (Gramática e Literatura)</p> <p>Matemática, Física, Química, e Biologia , Desenho Geométrico, Francês, Filosofia, História, Geografia, Inglês, Organização Social e Política e Educação Física.</p>	<p>1º ano :</p> <p>Disciplinas do antigo currículo .</p>
<p>2º ano :</p> <p>Português (Gramática e Literatura)</p> <p>Matemática, Física, Química, e Biologia, Desenho Geométrico, Francês , Filosofia,</p>	<p>2º ano:</p> <p>Núcleo comum, parte diversificada e disciplinas profissionalizantes, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Técnica em redação, Química, Biologia, Matemática aplicada, Noções de Anatomia, Ciências e Programas de Saúde, Inglês e Fundamentos de Biologia Celular.</p>
<p>3º ano:</p> <p>História, Geografia, Inglês, Organização Social e Política do Brasil e educação Física.</p> <p><i>(caracterizando para o terceiro ano uma orientação mais preparatória).</i></p>	<p>3º ano :</p> <p>Técnica de redação, Bioquímica, Física e Química (aplicadas) Noções de Anatomia e Fisiologia, Fundamentos da Microbiologia e Parasitologia</p> <p>As três disciplinas com maior carga horária são: Técnica de redação, Noções de Anatomia e Fisiologia e Fundamentos.</p>

Tabela 3.1 – Grades curriculares da década de 1970.

Após a implementação da Lei federal 5.692/71, pode-se observar a introdução das disciplinas de Programas de Saúde, Ensino Religioso (facultativo), Técnica em Redação, Organização Social e Política, Educação Moral e Cívica e disciplinas profissionalizantes passaram a fazer parte da grade curricular do ensino do de 2º grau.

A predominância do ensino profissionalizante, após a lei 5.692/71. está intimamente ligada com a economia vigente no período em que a lei foi implementada e a educação passa incorporar na formação dos alunos o caráter profissionalizante.

Ao determinar a extinção do curso ginasial e dos exames de admissão realizados com a população em geral, o colégio foi transformado em escola de 2º grau, passando a oferecer suas vagas aos moradores da região da cidade onde estava situado.

Essa mudança alterou a rotina tradicional dos exames de seleção mantida pelo colégio, que foi obrigado a abandonar a prerrogativa da seleção de alunos, tendo em vista a demanda municipal, regional e estadual, o que restringiria a sua clientela aos filhos das famílias moradoras da região da cidade que circundavam o colégio.

A classificação dos alunos por desempenho, realizada mediante os exames de admissão, tinham o objetivo de formar classes homogêneas, mas com as determinações da Lei 5.692/71 essa seleção deixou de existir.

Na análise sobre a nova clientela que seria atendida pelo Colégio Culto à Ciência Cantuária (2000) aponta que:

“Justificada pela qualidade de ensino que a escola vinha oferecendo por quase um século, a autonomia conseguida pelo Culto à Ciência contribuiu para a manutenção de sua imagem de espaço de competência educacional. Por isso mesmo, as mudanças no espaço social de Campinas fizeram com que a formação oferecida pelo colégio passasse a ser disputada agora, por segmentos bastante diversificados. Se para alguns destes alunos a ação pedagógica exercida pelo colégio significava a garantia de reprodução das posições privilegiadas já ocupadas, para outros prometia a apropriação das condições necessárias para acesso às posições dirigentes caracterizadas por uma alta escolarização, evidenciando as várias possibilidades de utilização da escola como fator de ascensão social.” (Cantuária, 200, p.58)

O colégio foi responsável por várias décadas pela formação escolar dos filhos e filhas de famílias dos grupos altos e médios da região, contribuindo de forma significativa para a produção de várias gerações de profissionais liberais, mas a partir das mudanças sofridas, não só curriculares, mas também na clientela a qualidade foi se perdendo e, conseqüentemente, a ostentação que o colégio e seus membros sentiam.

A partir da nova legislação aconteceu na cidade uma mobilização por parte de vários membros em prol do colégio: “ Movimento pró Culto à Ciência” . A tentativa de

manter o primeiro grau, foi em vão, pois o colégio perdeu o primeiro grau e passou a ser denominado Escola Estadual de Segundo Grau “ Culto à Ciência”.

A rede Pública foi ampliada, a partir de 1970, mediante a instalação de várias escolas (principalmente grupos escolares em bairro proletários), da alteração do perfil do alunado dos colégios públicos e particulares mais antigos e a fundação de duas escolas de elite (Escola Americana e o Colégio Notre Dame).

Cantuária (2000) destaca que o discurso dos ex-alunos, ex-professores e famílias de alunos que testemunharam esse processo, revelam a desvalorização da formação oferecida pelo colégio e a opção das famílias pelo ensino privado.

Com essa nova organização a turma de alunos de 1976 estava distribuída da seguinte forma:

“ Assim, a turma de 76 foi distribuída em três classes no período da manhã, uma à tarde, uma no vespertino e quatro no noturno, ainda segundo critério de desempenho, garantindo a prioridade dos antigos alunos frente à disponibilidade de vagas. O maior número de classes de 3º ano noturno, entretanto, além de atender à necessidade de otimização do uso do espaço, vinha ao encontro de uma demanda específica de muitos formandos que, disputando vagas nos cursos e universidades mais valorizadas, optavam por concluir sua formação à noite, reservando o dia para os cursinhos pré-vestibulares e os estudos. Como as novas regras permitiram a migração de alunos do noturno para o diurno, as vagas remanescentes naquele período foram preenchidas de acordo com as novas diretrizes da Secretaria de Educação, isto é, segundo o critério de zoneamento. Também atendendo a dispositivos legais, só que agora da lei 5692/71, de Diretrizes e Bases da Educação, uma das classes de 3º ano da manhã oferecia, em caráter eletivo, ensino profissionalizante (no caso de "formação" técnica em Turismo), tomado obrigatório para a turma que em 1976 ingressou no 1º ano do 2º grau.” (Cantuária,2000: p. 63)

Com relação ao processo de avaliação no ano de 1976, um único sistema passou ser exigido para todas as turmas, onde os conceitos substituíram as notas, às médias bimestrais foi acrescentado o 5º conceito e foi instituída a recuperação.

A tradição nos exames de seleção também revela a identidade do colégio:

“ Os exames de seleção não eram os únicos, mas apenas os mais bruscos e visíveis dos mecanismos reguladores que compunham a rotina escolar do Culto à Ciência. Uma vez admitido o aluno era alocado em períodos e classes, sempre segundo o critério de desempenho. Assim , as classes A (do matutino ou da tarde) de cada ano reuniam os alunos com melhor desempenho e as J (do vespertino ou noturno), por exemplo, os alunos com maiores dificuldades. Como essas classes eram divididas em dois períodos, tanto para o ginásio quanto para o colegial (matutino e vespertino para o primeiro e tarde e noturno para o segundo) , muitas vezes isto significava atividades e professores diferentes, menos gabaritados ou mais inexperientes. O toque liberal advinha da possibilidade de acesso, a cada princípio de ano, a uma classe melhor posicionada, ou mesmo a outro período, na existência de vagas. Não existia o descenso de períodos (dos diurnos, mais valorizados, para os noturnos), sendo a permanência do aluno em um determinado horário considerada direito adquirido, a partir da primeira matrícula.” (Cantuária, 2000, p.62)

O desenvolvimento nos esportes apontava a disciplina, a realização e o zelo pelo nome do colégio:

“ A realização e a participação em eventos esportivos aparecem na história do colégio desde sua fundação e os sucessos obtidos acabaram colocando o Culto à Ciência em posição de destaque no esporte amador estadual e até mesmo nacional, chegando alguns de seus atletas a compor os quadros da Seleção Brasileira em suas modalidades. Além disto, a presença de seus times nos campeonatos era um elemento importante para a divulgação da imagem de excelência do colégio: bons atletas, já que a maioria pertencia também aos times de clubes campineiros, estes adolescentes bonitos e bem nutridos, trajando a última moda em uniformes esportivos feitos especialmente para o Culto à Ciência, além dos tênis e demais equipamentos importados formavam um conjunto que causava impacto, deixando claro que aquele não era um colégio como os outros. Tendo um nome a zelar, os treinadores eram bastante exigentes quanto à seleção e ao aprimoramento dos atletas, que deveriam retribuir com dedicação e disciplina.” (Cantuária, 2000, p.64)

Esses aspectos revelam o modelo disciplinar que fundamentava o ensino e a proposta educacional do Colégio Culto à Ciência. Visava-se o desenvolvimento moral pela veiculação sistemática de valores: o papel do esforço pessoal na conquista de objetivos, a

importância do trabalho em equipe, necessidade de superação dos limites, os efeitos nocivos da negligência e da preguiça.

Na concepção de homem e de educação que subsidiavam toda a prática educativa do colégio, desde a sua fundação foi sendo construída simbolicamente a imagem de excelência em educação, essa imagem permaneceu e permanece no imaginário da população campineira. O nome “Culto à Ciência” é símbolo, por sua tradição vista neste capítulo, de pujança e de superioridade em ensino. No entanto essa força simbólica ficou somente no imaginário, devido as reformas educacionais, na sociedade brasileira, que foram sendo impostas na organização do ensino deste colégio.

Paulatinamente o Culto à Ciência perde a qualidade de líder na hierarquia social da cidade e continua funcionando para atender os alunos que freqüentam a escola pública. Os alunos que irão freqüentar o colégio após as mudanças curriculares, após a organização do espaço físico escolar, de clientela, de avaliação e de recrutamento de professores, são atraídos pela tradição do colégio, no entanto o cenário e o contexto social não são os mesmos em que os objetivos de sua construção foram colocados em prática.

Essa instituição antes ocupada por jovens representantes da elite campineira e das classes favorecidas economicamente e politicamente, que procuravam esse espaço para uma posição social, agora já não é mais procurado com o mesmo objetivo. Mudou-se o perfil de aluno, as características históricas e sociais são outras e os paradigmas e as políticas públicas educacionais diferem daquelas que consolidaram o colégio como excelência em educação.

Conclui-se que as mudanças na trajetória do ensino do Colégio Culto à Ciência estão relacionadas com o cenário político da época: democratizar o ensino público, neutralizar as chamadas escolas de prestígio como o secretário do Estado José Bonifácio Coutinho Nogueira classificou e materializar os objetivos da lei 5.692/71.

A recuperação da história do Colégio Culto à Ciência permite o reconhecimento de sua posição de destaque perante a cidade de Campinas, tendo em vista a questão qualidade de ensino a qual se propunha oferecer e os objetivos de sua fundação. A compreensão sobre as mudanças está relacionada à estruturação do espaço físico da cidade, a partir de 1970, à demanda social e às necessidades do mercado de trabalho. Esses fatores

são imprescindíveis para a análise das mudanças ocorridas.

Após a implantação da Lei federal 5.692/71, que modificou a estrutura curricular e afetou trajetória do ensino no Colégio Culto à Ciência, pode-se afirmar que o contexto econômico da sociedade brasileira influenciou os objetivos educacionais, não raramente educação e sociedade estão sempre relacionadas, pois as esferas políticas e econômicas afetam a esfera educacional.

CONCLUSÃO

Ao concluir esta pesquisa é possível mais uma vez fazer referência ao pensamento das autoras Lopes e Galvão (2001), de que a História traz uma abertura semelhante à uma viagem no tempo histórico, resgatando os momentos e produzindo conhecimento através do estudo do tempo e do espaço.

O colégio Culto a Ciência foi, durante um século, desde a sua fundação um espaço destinado para receber e formar os filhos da elite campineira. Esse colégio foi fundado por e para as elites dirigentes (oligarquia brasileira). As mudanças ocorridas a partir da década de 1970, com a implantação paulatina, mas efetiva da lei 5692/71 acabaram descaracterizando o colégio e, conseqüentemente, os ânimos daqueles que tradicionalmente tiveram seu passado atrelado a esse modelo de educação da sociedade campineira. A pesquisa procurou mostrar a simbologia construída sobre o colégio, que gradativamente foi se desfazendo mediante as mudanças impostas pela lei federal 5.692/71.

Ao tratar das mudanças sofridas pelo colégio utilizou-se o conceito de currículo como o espelho dos pressupostos filosóficos, epistemológicos e sociológicos, defendidos pela educação ou um modelo de educação.

Utilizou-se a concepção dos autores Sacristan (1998), Corazza (2002) e Silva (2000) que defendem o currículo como um processo de construção, um o resultado das intencionalidades políticas, econômicas e culturais as quais se materializam em diferentes períodos da história.

A história do colégio Culto à Ciência não pode ser retratada sem a relação com a dimensão política, histórica e econômica da cidade de Campinas e da sociedade brasileira, visto que os aspectos políticos, históricos e econômicos auxiliaram na interpretação do objeto desta pesquisa, a qual tinha como proposta a pesquisa do currículo do Ensino Médio no ano de 1970, antes porém das alterações curriculares impostas pela Lei federal 5.692/71, e as mudanças curriculares ocorridas, a respeito do Colégio Culto à Ciência, localizado na cidade de Campinas, São Paulo.

A importância de se estudar a História de um determinado fenômeno está relacionada com a possibilidade de obter o conhecimento do passado, a vivência do

presente e a projeção do futuro. O Colégio Culto à Ciência foi um dos mais famosos colégios da cidade de Campinas e que mais formou alunos de projeção cultural, econômica e política.

Os fatores analisados como desencadeadores das transformações ocorridas no colégio, estão relacionados com a mudança na estrutura social da cidade de Campinas e da sociedade brasileira.

A realização da pesquisa é sempre gratificante, pois independente dos resultados, abre-se a possibilidade de novas temáticas, de outras maneiras de abordar o objeto de estudo e além de tudo aprofundar o estudo diante dos resultados conseguidos. Portanto apesar de os dados sobre a história do colégio Culto à Ciência não serem passíveis de mudança, a interpretação e o tratamentos dos dados e das informações podem ser analisados por outros pontos de vista.

O ponto de vista escolhido para esta pesquisa estava diretamente relacionado com o fato do aspecto simbólico construído sobre a imagem do Colégio Culto à Ciência. Essa simbologia permaneceu no imaginário da sociedade campineira até a vigência da Lei federal 5.692/71

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFFONSO, Cleide M. de Lucca e PINTO, Maria Nívea (1986). *Culto à Ciência, Cento e Treze anos a Serviço da Cultura*, Campinas, sem editora
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 1^a ed., São Paulo: Moderna, 1989.
- BADARÓ, R. de S. C. *Campinas: o despontar da modernidade*. Campinas, São Paulo: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*, Campinas, São Paulo: CMU/UNICAMP, 1966.
- BORGES, Zacarias Pereira. *Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária*, Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002.
- BRASIL, Lei Estadual nº 3345 de 17 de Janeiro de 1956.
- BRASIL, Lei Estadual nº 7817 de 05 de Fevereiro de 1963.
- BRASIL, Lei Federal nº 5692 de 11 de Agosto de 1971.
- CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos (coord.) *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*, Campinas, São Paulo: Unicamp, 2002. 2v.
- CANTUÁRIA, Adriana Lech (2000) *A Escola pública e a competência escolar: O caso do colégio Culto à Ciência de Campinas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação UNICAMP
- CARVALHO, Edemir de. *Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras*. Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais, n-68, 1 de agosto de 2000.
- Colégio Culto à Ciência: tradição campineira em decadência. O Estado de São Paulo, 28-07-2005.

Colégio Culto à Ciência: tradição Campineira. Disponível em : www.universia.com.br, acessado em: 19-08-2005.

Colégio Estadual Culto à Ciência. Monografia histórica e memória fotográfica. Disponível em: www.franciscopaula.com.br, acessado em 15-08-2005.

CORAZZA, Sandra. *O que quer um currículo?* Pesquisas pós críticas em educação. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. 9ª ed, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2000

GOHN, M. G. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola. 2001.

LINHARES, Maria Yeda Leite. *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOPES, Eliane Marta & GALVÃO, Ana Maria. *História da educação*, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MELLO, Waldyr Jansen de. *História do Brasil*. São Paulo: Centrais Imppressoras Brasileiras, 1980.

MENDES, José de Castro. *Efemérides Campineiras (1739-1960)*, Campinas, SP: 1963.

_____. *“História de Campinas”*. Suplemento Ilustrado do Correio Popular, 1968-70.

MENEZES, C. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*, Campinas, SP: Papyrus, 1996.

NETO, Carlos Francisco de Paula. *Monografia Histórica do Colégio Culto à Ciência*, Campinas, SP: Papyrus, 1946.

PILETTI, Nelson & ARRUDA, José, J. *Toda a História*, São Paulo: Ática, 2004.

- PIMENTA, Selma Garrido & GONÇALVES, Carlos Luiz. *Reverendo o Ensino de 2º grau. Propondo a formação de professores*. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1992.
- PREFEITURA Municipal de Campinas. *Sumário de Dados*. Campinas. 1998.
- PREFEITURA Municipal de Campinas. *Subsídios para a elaboração do Plano Diretor, s/d.* (gestão Jacó Bittar)
- RAMA, Leslie M. J, S. *Legislação do Ensino: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU, 1987.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil*, 19ª ed., Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1996.
- ROMANELI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 11ª ed., Petrópolis, Vozes, 1978.
- SACRITAN, Gimeno. *O currículo. Uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOS, Antônio da C. *Campinas das origens ao futuro*, Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- SANTOS, Célia Bega dos. *Campinas como centro produtor e irradiador de alta tecnologia na estruturação do espaço urbano regional*, Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. Nº 69 (73), 1 de agosto de 2000.
- SEIGNEMARTIN, Edwin. *Maçonaria: Sua História, Objetivos e Princípios*. São Paulo, SP: 1979.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*, 8ª ed., São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1970.